

AÇÃO DE ALIMENTOS

RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE

PEDIDO DE ALIMENTOS EM PROVEITO DO CÔNJUGE E DA PROLE

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE, ESTADO DO , brasileiro (a), menor, representado por sua mãe, também requerente, brasileira, (estado civil), profissional da área de, portadora do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliada na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor AÇÃO DE ALIMENTOS em face de, brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de, portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliado (a) na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS Que, a petionária (Nome da petionária) e (Nome do cônjuge) são casados entre si, conforme Certidão de Casamento em anexo (doc. n.º). Que, dessa união veio à luz (nome filho), conforme certifica o doc. n.º.... em anexo. Que, aproximadamente dois (2) meses, o Requerido abandonou a esposa e filho na residência dos pais da mesma, após violenta discussão. Que, a partir daí não se preocupou mais com a subsistência da esposa e do filho de apenas (....) meses de idade, fornecendo aos mesmo nesse espaço de tempo somente algumas latas de leite em pó e garrafas de água mineral, esquecendo-se de que as necessidades básicas para a sobrevivência englobam outros fatores, como por exemplo: vestuário e alimentação sadia, com alimentos variados, não somente leite em pó e água. Que, a mãe, estudante, não trabalha fora, limitando-se a cuidar do filho ainda bebê, não tendo meios para sua subsistência, bem como da criança. DO DIREITO A presente ação encontra fundamento no art. 1566, inc. III e IV, do Novo Código Civil, o qual estabelece os deveres dos cônjuges entre si e para com a prole, dispondo acerca da obrigação da mútua assistência e do sustento, guarda e educação dos filhos, bem como na Lei n.º 5.478 de 25 de julho de 1.968, que dispõe sobre alimentos. DOS PEDIDOS Isto posto, requer-se a Vossa Excelência: Pensão alimentícia em proveito próprio e de seu filho, na quantia correspondente a 30% do vencimento líquido do Requerido, funcionário dos Laboratórios, a ser depositada mensalmente na conta corrente n.º.... Agência do Banco, em nome da Requerente. Requer ainda, o prosseguimento do feito com a citação e condenação do Requerido a contribuir para o sustento da Requerente e de seu filho na forma pedida, sujeito as custas e honorários advocatícios, bem como a intimação do digno representante do Ministério Público. Dá-se à causa o valor de R\$, Nesses Termos, Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB